



Governo aumenta pressão sobre Seguro para aceitar compromisso

Depois de Pires de Lima, foi ontem a vez de Poiares Maduro pedir ao PS que se comprometa com as metas.

Inês David Bastos

ines.bastos@economico.pt

O Governo está a tentar encostar o PS à parede desafiando António José Seguro a assumir um compromisso em torno do programa de ajustamento. Se os apelos ao consenso já existiam antes das eleições autárquicas, o resultado destas levou o Executivo a endurecer o tom.

Segunda-feira foi o ministro da Economia, António Pires de Lima, a pedir maturidade política e compromisso ao maior partido da oposição. Ontem foi a vez de Poiares Maduro vir repetir a mensagem. "É natural que, no contexto de uma campanha eleitoral, haja uma certa radicalização do discurso político, mas parece-me claro, para todos os portugueses, que a nossa credibilidade internacional é fundamental, e a nossa credibilidade internacional passa por um compromisso alargado com o cumprimento do nosso programa de assistência económico-financeira", disse o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional. Embora tenha rejeitado a ideia de que o desaire eleitoral do PSD nas autárquicas fragilize o Governo junto dos credores internacionais, Poiares Maduro não

deixou de insistir no apelo que fará parte a partir de agora do argumentário do Executivo.

É que o Governo também saiu mais pressionado das eleições autárquicas, com o PSD a perder a vantagem no número de câmaras e algumas das principais autarquias. Vários históricos do PSD admitiram logo na noite eleitoral que Passos saia fragilizado destas eleições e com menos força para impor reformas, o que, por sua vez, enfraquece o Executivo junto da 'troika'. E os credores internacionais têm

tendência para pressionar mais os governos em momentos de maior fragilidade, segundo avançaram analistas internacionais ao Diário Económico. Daí que as eleições autárquicas tivessem trazido para o centro do discurso político o apelo ao consenso alargado entre os partidos que assinaram o memorando. Cavaco Silva também tem vindo a pedir este compromisso alargado em torno do ajustamento e os politólogos acreditam que vai voltar a repeti-lo.

As próximas semanas não vão ser fáceis para o Governo, com medidas como o aumento para as 40 horas de trabalho e a convergência das pensões em risco e com a apresentação do próximo Orçamento do Estado. O programa de ajustamento fecha daqui a nove meses e Passos já disse que, apesar do desaire eleitoral, não vai mudar o rumo da sua política porque essa é a única forma de cumprir as metas. Ontem repetiu esta mensagem no Conselho Nacional (ver caixa ao lado). No entanto, sem o acordo do PS o caminho fica mais difícil. "O Governo tem feito tudo e tem colocado o país em condições de garantir o cumprimento desse programa de assistência económico-financeira, o que continuamos a

fazer, mas esperamos que os outros actores políticos e institucionais no país assumam também esse compromisso, e estou certo que estamos em condições de que isso suceda", antecipou Poiares Maduro.

No entanto, a ala do PS mais próxima de Seguro tem defendido precisamente o contrário: que o líder socialista faça reflectir no seu discurso a vitória eleitoral e se afaste cada vez mais da política do Governo e da 'troika'. Eduardo Ferro Rodrigues, ex-líder socialista, foi um dos que em declarações ao Diário Económico defendeu que Seguro deverá endurecer o combate à política do Governo para capitalizar o resultado obtido nas autárquicas, que o PS viu como um protesto dos portugueses contra a política de Passos.

Pressionado dos dois lados, pelo Governo e pelo partido, Seguro terá de gerir com 'pinças' o seu rumo nos próximos dias. Afirmando-se como alternativa, terá de assegurar futuras pontes com a 'troika' para o caso de ter de assinar um programa cautelar ou de enfrentar o cenário de eleições antecipadas. Por outro lado, terá o partido a pedir-lhe que se distancie cada vez mais da austeridade. ■

Directas no PSD ocorrem em Janeiro

A direcção do PSD propôs ontem a realização de directas no partido em Janeiro, seguidas do congresso em Fevereiro. Os social-democratas elegem o líder por directas. Passos deverá ser recandidato e desconhece-se ainda se terá oposição. Para a reunião de ontem do Conselho Nacional, alguns líderes distritais preparavam-se para pedir a Passos Coelho uma mudança de rumo na governação. À hora do fecho desta edição, estava a começar o Conselho Nacional, onde era esperada uma chuva de críticas ao processo autárquico e à insistência numa política de austeridade. Embora os líderes locais não coloquem em causa a legitimidade de Passos para se manter à frente do partido e do Governo após o desaire eleitoral, os conselheiros querem ver o partido a fazer uma "reflexão" sobre o que aconteceu nestas eleições. Vários conselheiros preparavam-se para alertar para o desgaste que a austeridade poderá estar a causar no eleitorado e nos portugueses. Passos avisou que irá manter o rumo. I.D.B.



Poiares Maduro
Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

"A nossa credibilidade internacional passa por um compromisso alargado com o cumprimento do nosso programa de assistência económico-financeira".